

Origem	1870	1900	Origem	1841	1880
Sião	113 000	673 000	açúcar	62 000	222 000
Birmânia	425 000	1,2 milhões	café	69 000	85 000

← **DOC. 34** (à esquerda)
Sião e Birmânia - Exportações
(toneladas de arroz)

← **DOC. 35** (à direita)
Java – Exportações (em toneladas)

Destino	1840	1912	Destino	1850	1914
Singapura	2 000	250 000	Sião	1 500 000	2 500 000

← **DOC. 36**
Imigração chinesa

Ora, no Reino Unido, considerava-se a Índia essencial à expansão económica inglesa no Extremo Oriente. Assim, a Coroa, pressionada pela opinião pública, favorável à liberdade de comércio, passou a administrar diretamente a região. Em 1877, a rainha Vitória foi proclamada “Imperatriz das Índias”; os principados, até então autónomos, passaram à situação de protetorados.

Contudo, em 1885, a formação do Congresso Nacional Indiano foi o sinal de que o destino da Índia não seria a submissão ao colonialismo inglês.

Atividade

Explica a relação entre os dados dos documentos (34 e 36) e a progressiva monetarização da economia, verificada na Ásia do Sudeste, a partir da segunda metade do século XIX.

2.5. Da Ásia do Sudeste ao Mundo Oceânico

Nas últimas décadas do século XVIII, regiões como a Birmânia e o Sião tiveram estabilidade política e prosperidade económica, graças ao aumento da área cultivada, aos progressos na cultura do arroz e à melhoria nos transportes. Quanto aos principados malaios, mantinham um comércio marítimo dinâmico, alimentado sobretudo pelos circuitos asiáticos.

Porém, no século XIX, o forte crescimento populacional alterou o equilíbrio alimentar e verificou-se agitação em diversas regiões. Além disso, a presença europeia, marginal até ao início do século XIX (à exceção dos espanhóis, nas Filipinas, e dos holandeses, em Java), tornou-se insistente. Sobretudo a partir de 1870, os ocidentais criaram circuitos paralelos, pressionaram a abertura dos portos e estabeleceram-se em diversas regiões (**Doc. 18**), onde alteraram os sistemas de produção, orientando-os para a exportação (**Docs. 34 e 35**), muitas vezes aproveitando mão de obra chinesa emigrada (**Doc. 36**).

Nas regiões da Insulíndia dominadas pelos holandeses, o governador de Java, Van den Bosch, estabeleceu, em 1830, um regime de trabalho forçado. Em cada aldeia, 1/5 das melhores terras era obrigatoriamente ocupado por culturas comerciais – café, açúcar, chá, pimenta, canela, anil e tabaco – que substituíam as culturas alimentares. As populações de cada aldeia (*desa*) pagavam coletivamente, com a produção, os impostos estabelecidos pela coroa holandesa que, de 1830 a 1870, lucrou 850 milhões de florins (**Doc. 35**). Amesterdão foi então o mercado mundial do café e do açúcar.

“

Sendo vendida a um preço suficiente, a terra será colonizada tão bem quanto possível; empregando o dinheiro da compra como fundos de emigração, a terra será colonizada tão depressa quanto possível.

E. G. Wakefield

DOC. 37 ↑

Colonização e povoamento na Austrália

DOC. 38 →

Pesquisadores de ouro australiano

Pintura de Edwin Stocqueler (c. 1855)

Período	Habitantes
1851	29 000
1854	123 000
1861	139 616

DOC. 39 ↑

População não nativa em Melbourne

Atividade

Explica a evolução da população não nativa (Doc. 39), relacionando-a com os documentos 37 e 38.

Colônia penal

Região utilizada para envio de condenados que, uma vez cumprida a pena, nela se estabelecem. Desde 1788 (data do primeiro desembarque, na região em que se formou Sidney) até 1868, a Austrália recebeu cerca de 165 000 condenados.

Colonização livre

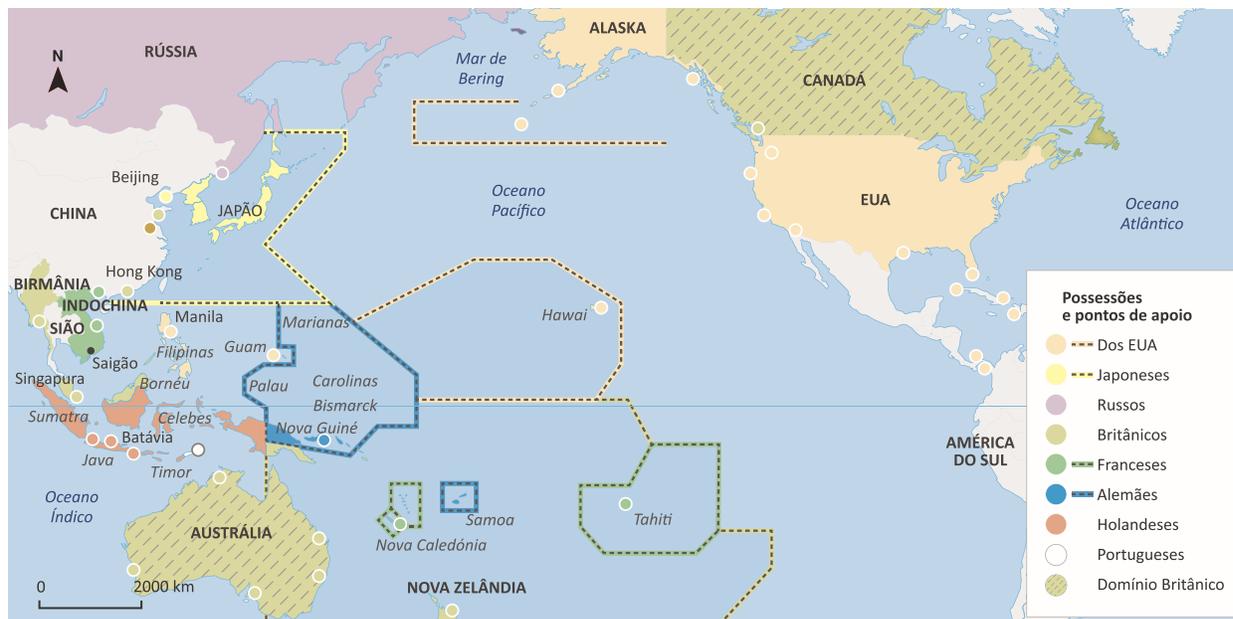
Orientada para as regiões australianas com melhores condições de habitabilidade, originou as colônias de Nova Gales do Sul (1788), Tasmânia (1825), Austrália Ocidental (1831), Austrália Meridional (1836), Vitória (1851), Queensland (1859).



Quanto à Oceânia, os ritmos de desenvolvimento foram fortemente condicionados pela expansão das potências europeias, no período de afirmação da revolução industrial. As populações nativas foram progressivamente afastadas dos espaços que ocupavam – as suas atividades económicas e os seus sistemas de defesa primitivos não lhes asseguraram resistência às intromissões de que foram vítimas. Em alguns casos, as populações foram dizimadas pela alteração repentina dos seus modos de vida, pela hostilidade dos intrusos e pelas doenças para que não tinham imunidade (como a varíola ou o sarampo). Verificaram-se, porém, diferenças entre as regiões que integram a Oceânia.

Na parte continental, a Austrália, formaram-se colônias de povoamento. O Reino Unido, que se apropriou da região no século XVIII, embora a utilizasse inicialmente como **colônia penal**, desde cedo incentivou a **colonização livre**, através da doação de terras e, mais tarde, da sua venda (**Doc. 37**), nomeadamente em sistema de leilão. A criação de gado ovino revelou-se uma atividade económica rendosa, durante todo o século XIX, sendo exportadas para o Reino Unido grandes quantidades de lã. Em 1851, a autorização de licenças para pesquisa de ouro (**Doc. 38**) levou a um súbito aumento da imigração (**Doc. 39**), de europeus e de asiáticos: dos anos 1850 para 1860, a população triplicou. Esta situação deu origem a tensões sociais e a uma grande procura de terras, opondo os novos colonizadores aos *squatters*, fazendeiros que tinham ocupado grandes extensões, muitas vezes sem autorização.

Os governantes procuraram contrapor, a essa ocupação extensiva do solo, a venda de parcelas mais pequenas, dirigidas para uma agricultura intensiva. Assim, a partir de 1860, foi aprovada legislação nesse sentido – os *Selection Acts*.



No entanto, os *squatters* conseguiram comprar muitos dos terrenos em venda, constituindo grandes propriedades dedicadas à pecuária. Por essa razão, só uma pequena percentagem foi, de facto, destinada a práticas agrícolas. Quanto às populações nativas, ficaram confinadas a terrenos incapazes, não sendo assegurados os seus direitos.

Em 1852, a coroa inglesa, reconhecendo o dinamismo das colónias, permitiu que formassem governos próprios, com parlamentos eleitos. Agruparam-se, em 1901, num Estado federal.

Na Nova Zelândia, também reivindicada, desde o século XVIII, pelo Reino Unido, os representantes do Governo inglês negociaram inicialmente com as populações polinésias maoris (Tratado de Waitangi, assinado por cerca de 500 chefes), comprometendo-se a garantir-lhes o uso da terra. Porém, este compromisso não foi respeitado, o que originou duas terríveis guerras (1843-1847 e 1860-1870) e o extermínio de grande parte da população maori. Em 1907, a Nova Zelândia autonomizou-se.

Os colonos desenvolveram a produção de carne e de lacticínios, que exportavam para o Reino Unido, aproveitando as possibilidades técnicas da navegação a vapor e da refrigeração.

Quanto aos arquipélagos do Oceano Pacífico, pelo interesse estratégico que apresentavam para as potências industrializadas, foram sendo ocupados progressivamente. Em 1901 não sobrevivia nenhuma unidade política independente (**Doc. 40**).

↑ **DOC. 40**
Transformações da Ásia do Sudeste e do Mundo Oceânico

Atividade

Explica o interesse das potências industrializadas pelo Mundo oceânico.

“

Capítulo VI. — Condições para que novas ocupações nas costas do continente africano sejam consideradas como efetivas.

Artigo 34. A Potência que de agora em diante tomar posse de um território [no] continente africano, [ou] ai assumir um protetorado, fará [...] uma notificação dirigida às outras Potências signatárias da presente Ata [...].

Artigo 35. As Potências signatárias [...] reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas [...], a existência de uma autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada.

DOC. 41 ↑

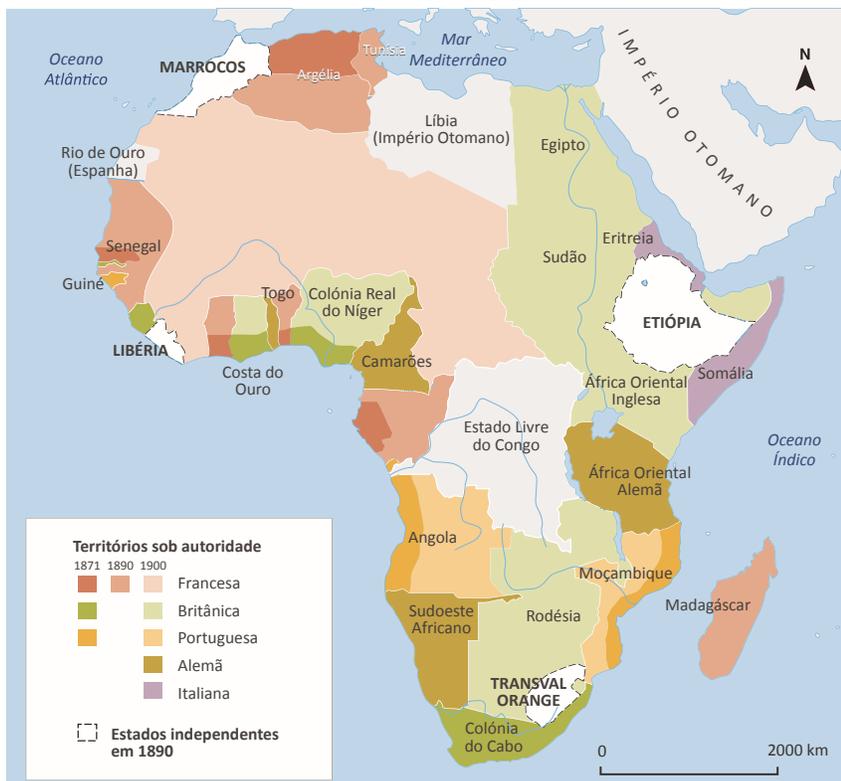
Excerto da Ata Geral da Conferência Colonial de Berlim (1885)

DOC. 42 →

A partilha da África nos finais do século XIX

Atividade

Explica a relação existente entre a Conferência de Berlim (Doc. 41) e a delimitação de fronteiras coloniais no continente africano (Doc. 42).



3. Expansão do colonialismo e partilha de áreas de influência. A submissão do continente africano.

Conferência de Berlim
 Participaram os seguintes países: Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia-Noruega, Áustria-Hungria, Rússia, Império Otomano, EUA. Portugal procurou, então, fazer valer o que considerava serem os seus “direitos históricos”, da costa de Angola à de Moçambique, pretensão contrariada pelo Reino Unido, interessado em regiões que iam do Cabo da Boa Esperança ao Cairo, invocando o princípio da “ocupação efetiva”.

De finais do século XVIII a meados do XIX, a progressiva independência das colônias do continente americano e a contestação da escravatura pareciam corresponder a um recuo das situações coloniais e a uma emancipação das pessoas e das regiões. No entanto, estudámos já como os ritmos de desenvolvimento da Ásia e do Mundo Oceânico foram alterados, no século XIX, pelas pressões das potências industrializadas. Situação mais radical ocorreu em África, continente dotado de valiosos recursos naturais, mas com áreas de escassa ocupação demográfica e débeis estruturas políticas. O interesse por este continente aumentou a partir de meados do século XIX. Na viragem do século XIX para o século XX, a expansão do capitalismo industrial e financeiro provocou um endurecimento do **colonialismo**, com sérios reflexos no continente africano (**Docs. 41 e 42**).



← DOC. 43

Entusiasmo pelas expedições ocidentais em África

Sessão de homenagem no teatro S. Carlos, de Lisboa, aos exploradores portugueses, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens.

Gravura da revista portuguesa *O Ocidente* (1885)

Atividade

Imagina que eras um jornalista da época. Escreve uma notícia para esclareceres os leitores da revista sobre o que a imagem representa.

Missões religiosas, preocupadas com a difusão do cristianismo, e **expedições** geográficas, patrocinadas pelo Ocidente (**Doc. 43**), penetraram em espaços inexplorados, criando algumas escolas e hospitais, levando novidades científicas (como as vacinas), ou abrindo caminho a melhorias tecnológicas (como as vias férreas). As expedições facilitaram, porém, a implantação de interesses económicos e políticos exteriores ao continente africano. Nas décadas de 1870 a 1890 intensificaram-se grandes viagens, para conhecimento dos rios africanos (Nilo, Congo, Níger e Zambeze), vitais para os interesses em expansão. A prospeção mineira levou à descoberta de diamantes (1867), e de ouro (1887).

Em 1884-85, em Berlim, catorze países decidiram o futuro político imediato do continente africano (**Docs. 41 e 42**). Destacaram-se as ambições do Reino Unido, que dominava no sul do continente, onde se sobrepusera aos **Boeres**; as da Bélgica e da França, no Congo; as da Alemanha, potência em afirmação colonial. Os países presentes na Conferência reconheceram o “Estado livre do Congo”, na verdade, um domínio belga. Mas, principalmente, estabeleceram normas de direito internacional, relativas à circulação nos rios do continente africano, à soberania do território e à “proteção” das populações nativas, cujos direitos ficaram subordinados aos interesses das potências intervenientes.

4. Nacionalismos e imperialismo. A Grande Guerra e a regulação internacional.

No final do século XIX, a maior parte do globo encontrava-se subordinada a países europeus (tendo à cabeça o Reino Unido que dominava quase $\frac{1}{4}$ da superfície terrestre) ou abrangia novos países, emancipados da colonização europeia. Este facto implicou a divulgação da língua, de crenças, de valores e modos de vida de origem ocidental.

Expedições

Como as de Brazza e Livingstone (1852/73), Stanley (1874/77) e de Capelo e Ivens (1877/85).

Boeres

“Camponeses”; descendentes de antigos colonos holandeses e franceses, de fé calvinista; tinham vindo, respetivamente, nos sécs. XVII e XVIII, em sequência de perseguições, nas suas regiões de origem.

“

Se queremos ser um grande povo, devemos esforçar-nos por desempenhar um grande papel no mundo [...]. Em 1898 não pudemos evitar a guerra com a Espanha. [...] Também agora não podemos evitar as responsabilidades que nos cabem no Hawai, Cuba, Porto Rico e Filipinas. [...] Visto que as nações têm interesses cada vez mais vastos e estão cada vez mais em contacto, se quisermos manter a nossa posição na luta pela supremacia naval e comercial, devemos construir o nosso poder fora das nossas fronteiras. Devemos construir o canal [do Panamá] e devemos aproveitar as localizações vantajosas que nos tornarão capazes de intervir no destino dos oceanos do Oriente e do Ocidente.

DOC. 44 ↑

Declarações de Theodore Roosevelt
(1899)

Atividade

Identifica, nas afirmações de Roosevelt, os argumentos de natureza nacionalista.

Roosevelt, Theodore

Foi presidente dos EUA (1901-9); combateu na guerra hispano-americana (1898). Depois desta guerra, a Espanha, vencida, cedeu aos EUA Cuba, Porto Rico, Guam e as Filipinas, e vendeu à Alemanha os territórios que possuía na Oceânia: Palau, Marianas e Carolinas (Doc. 40).

Índios americanos

Despojados das terras onde viviam, pelo avanço da “colonização interna”, ou “conquista do Oeste”, terminada em 1890.

Entretanto, como resultado das expedições e da presença colonial, os europeus adquiriram um maior conhecimento dos povos de diferentes civilizações. Porém, o contacto com populações de desenvolvimento tecnológico primitivo, levou a que as potências industrializadas desenvolvessem a ideia de que eram superiores às restantes e que, por isso, lhes cabia uma “missão civilizadora”. A opinião pública desses países, alimentada pela expansão dos jornais, foi, assim, defensora da dominação colonial, invocando até a noção – injustificada cientificamente – da existência de “raças superiores e inferiores”. De cerca de 1890 a 1914, a exaltação do sentimento nacional resvalou para um **nacionalismo** cada vez mais agressivo.

Acresce que, como vimos, nos finais do século XIX, a competição económica impusera o controlo geoestratégico, dando origem à expansão do **imperialismo**. Mesmo os Estados Unidos da América, críticos do colonialismo europeu, participaram na afirmação imperialista (orientação já manifestada relativamente à população de **índios americanos**). Os EUA, invocando argumentos de natureza nacionalista (**Doc. 44**), asseguraram a sua influência na América Central e do Sul, e no Pacífico (**Doc. 40**).

Na verdade, no século XIX, a ideia nacional, na sua vertente de Estado-nação, desenvolveu-se e assumiu diversas formas. Na Europa, a Itália e a Alemanha constituíram-se como Estados unificados. Surgiram pequenos países, como a Sérvia, apoiados pelas grandes potências que os utilizaram em jogos de alianças. Ao mesmo tempo, as zonas estratégicas tornaram-se, cada vez mais, pontos de conflito. Por isso, a Primeira Guerra Mundial rebentou nos Balcãs, região europeia onde minorias submetidas viviam tensões nacionalistas, e onde as potências esperavam, há muito, apoderar-se dos despojos do Império Otomano.

“

As Altas Partes contratantes, considerando que, para desenvolver a cooperação entre as nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; de manter francas relações internacionais, fundadas na justiça e na honra; de observar rigorosamente as prescrições do direito internacional, havidas de hoje em diante como regras de conduta efetiva dos governos; de estabelecer o predomínio da justiça e de respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados, nas relações recíprocas dos povos organizados, adotam o presente pacto que institui a Sociedade das Nações.

A dimensão inesperada assumida pela Guerra, a consciência das consequências resultantes das tensões nacionalistas e imperialistas, bem como a progressão de uma ideologia democrática, levaram a que se considerasse indispensável a criação de uma instância de regulação internacional – a Sociedade das Nações (**Doc. 45**) – que deveria agir segundo processos democráticos e respeitar os princípios da autodeterminação e da soberania nacional.

↑ **DOC. 45**

Instituição da Sociedade das Nações (1919)

Atividade

Analisa o significado da criação da Sociedade das Nações, no termo da Grande Guerra.

5. A viragem do século: mudanças e permanências na vida política e cultural

5.1. Os caminhos do demoliberalismo

Nos alvares do século XX, no mundo ocidental, os regimes constitucionais generalizaram-se. Nas Américas, assumiram a forma de repúblicas; na Europa, de monarquias parlamentares – em 1910, apenas a Suíça, a França e Portugal eram repúblicas –, desenvolvendo os países do noroeste, as formas mais respeitadoras da separação de poderes e dos direitos dos cidadãos. Na Europa central e de leste, os textos constitucionais dos Impérios aí existentes, além de tardios (**Doc. 46**), atribuíam muito poder ao Governo, no caso do Império Alemão, ou ficaram letra morta, nos casos do Império Otomano e do **Império Russo**.

No Oriente, no século XIX, o Japão era o único país dotado de uma assembleia eleita (1876) e de uma constituição; em 1912, juntou-se-lhe a China.

Quanto à intervenção dos cidadãos na vida política, mesmo na Europa, embora as constituições garantissem liberdades individuais, restringiam a participação democrática. Assim, o sufrágio era, na generalidade, apenas masculino (**Doc.47**) e, na maior parte dos casos, de natureza censitária. Ser-se alfabetizado era, por vezes, também uma condição exigida.

Nos EUA, até 1879, o direito de sufrágio restringia-se à população branca.

Império Russo

O descontentamento da burguesia e do operariado, perante a política autocrática do czar, a miséria dos camponeses (libertos da servidão, desde 1861, mas sem terra), e a derrota frente ao Japão levaram, em 1905, a uma situação revolucionária que fez com que o Imperador autorizasse algumas liberdades e um parlamento eleito.

1867 ● Império Austro-Húngaro
 1876 ● Império Otomano
 1889 ● Império Japonês
 1905 ● Império Russo

DOC. 46 ↑

Impérios com textos constitucionais

1893 ● Nova Zelândia
 1902 ● Austrália
 1906 ● Finlândia
 1908 ● Dinamarca

DOC. 47 ↑

Concessão do direito de voto às mulheres

Atividade

Indica uma razão que, em teu entender, possa justificar a precocidade da Nova Zelândia e da Austrália na concessão do sufrágio feminino (Doc. 47).

Positivismo

Teoria desenvolvida pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857); considerava que o conhecimento científico se baseava apenas nos factos «positivos», os da experiência, e na justificação matemática.

Planck, Max (1858-1947)

Físico alemão, autor da teoria dos quanta (1899) que defende a estrutura descontínua da matéria e os princípios da incerteza e da aleatoriedade.

Einstein, Albert (1879-1955)

Físico alemão, autor da teoria da relatividade (1905) que destruiu as noções de tempo e de espaço absolutos, da física clássica.

A remuneração pelo exercício de cargos públicos e o voto secreto foram medidas que ajudaram a tornar os regimes mais democráticos. As ideias socialistas, exigindo maior participação dos cidadãos, foram importantes no alargamento de direitos políticos. No entanto, não podemos ainda falar de democracia, mas sim de **demoliberalismo**.

5.2. Novos olhares sobre a natureza e a humanidade

O alargamento do conhecimento geográfico e etnológico, as descobertas nas áreas da física e da química e o sucesso da sua aplicação à inovação tecnológica, ocorrido no século XIX, conduziram, na época, a uma confiança ilimitada na capacidade humana de conhecimento e de transformação do mundo. As ciências experimentais, consideradas capazes de encontrar as leis da natureza que a tornariam previsível, foram encaradas, então, o modelo a que todas as áreas do conhecimento deveriam aspirar. Por isso, só seria reconhecido estatuto “científico” aos estudos sociais, se fossem asseguradas uma metodologia semelhante e uma objetividade total. Disciplinas como a História procuraram, em consequência, afirmar-se através da pesquisa e crítica de “fontes históricas”, segundo a perspectiva defendida pelo **positivismo**.

A crença neste **cientismo** e a consciência do poder conferido pelo conhecimento, conduziram à proliferação de associações e de publicações científicas e levaram os governos a apoiar financeiramente a investigação, centrada nas universidades. Na viragem do século, porém, investigações como as de **Planck** e **Einstein** puseram em causa o determinismo racionalista. Começava assim uma nova “revolução científica” – o conhecimento, afinal, não era absoluto, mas sujeito a revisão.

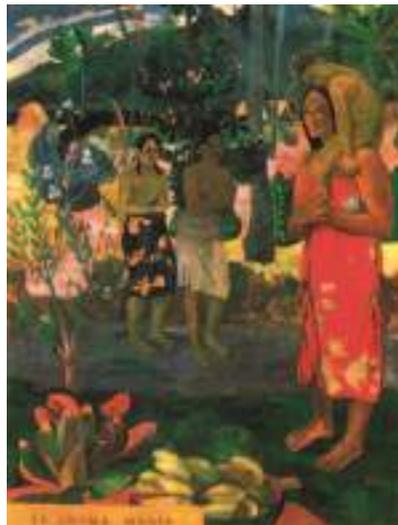
Também na área das artes se verificaram mudanças profundas. A revolução dos transportes e a fotografia proporcionaram a divulgação de diferentes formas de conceber e de representar a realidade visível e as emoções estéticas. As exposições internacionais (**Doc. 3**), muitas delas com uma “secção colonial”, patentearam ao público outros mundos.

Na China, os portos abertos ao estrangeiro difundiram a influência ocidental. Pintores como Ren Xiong (**Doc. 48**), cruzaram a representação realista, de influência europeia, com a presença da linha e da inscrição poética, características da arte chinesa tradicional. No Japão, um dos expoentes máximos da pintura, Hiroshige, nas suas *Cem famosas vistas de Edo*, evidenciou, na escolha da perspectiva unidirecionada e do tratamento das sombras, o conhecimento de técnicas europeias (**Doc 49**). No final do século, escolas japonesas ensinavam, a par, arte ocidental e oriental.



← **DOC. 48** (à esquerda)
Autorretrato, 1851
Ren Xiong (1820-57)

← **DOC. 49** (à direita)
Vista noturna de Saruwakacho, 1856
Hiroshige (1797-1858)



← **DOC. 50** (à esquerda)
Tronco de Ameixeira florida
(segundo Hiroshige), 1887
Van Gogh (1853-90)

← **DOC. 51** (à direita)
Eu vos saúdo Maria, 1891
Gauguin (1848-1903)

Atividade

Pesquisa na internet dados sobre as artes no Mundo, na viragem dos séculos XIX/XX.

Na Europa, a estética das estampas japonesas foi imitada; um grande pintor, como Van Gogh, na sua incessante busca de uma nova expressão, louvava a pureza da pintura de Hiroshige, que replicou (**Doc. 48**). Outros, como Gauguin, fundiram (**Doc. 51**) os valores ocidentais com a força plástica das paisagens do Pacífico (viveu no Tahiti) e uma representação fingidamente ingénuo da figura humana. Artistas europeus colecionaram máscaras africanas.

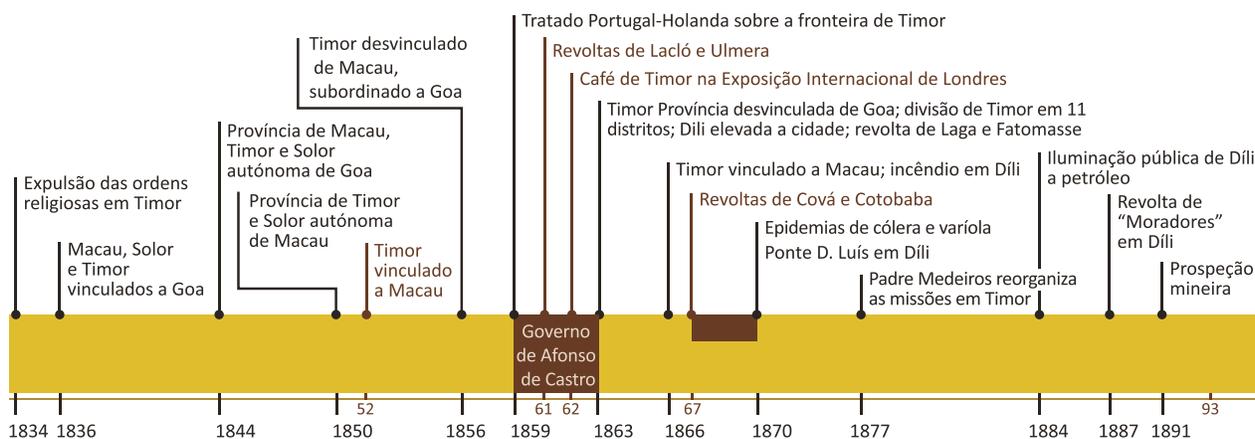
Ocidente e Oriente confrontaram-se, mas também partilharam experiências e modos de ver. No início do século XX, as **vanguardas artísticas** europeias revolucionaram a arte ocidental, através da reflexão que o contacto com outras civilizações e outros modos de ver lhes proporcionaram.

UNIDADE TEMÁTICA 5

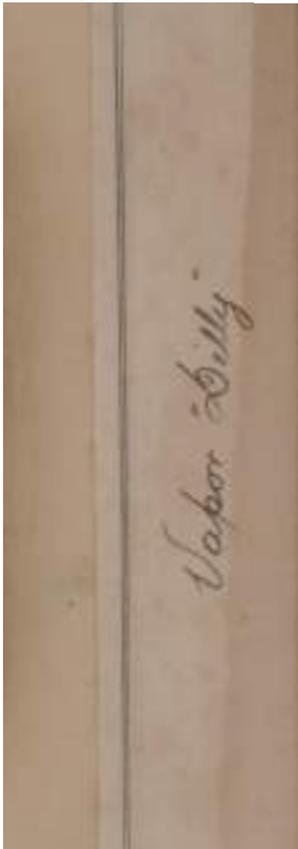
5

EXPANSÃO DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMOS

(dos inícios do século XIX até cerca de 1920)



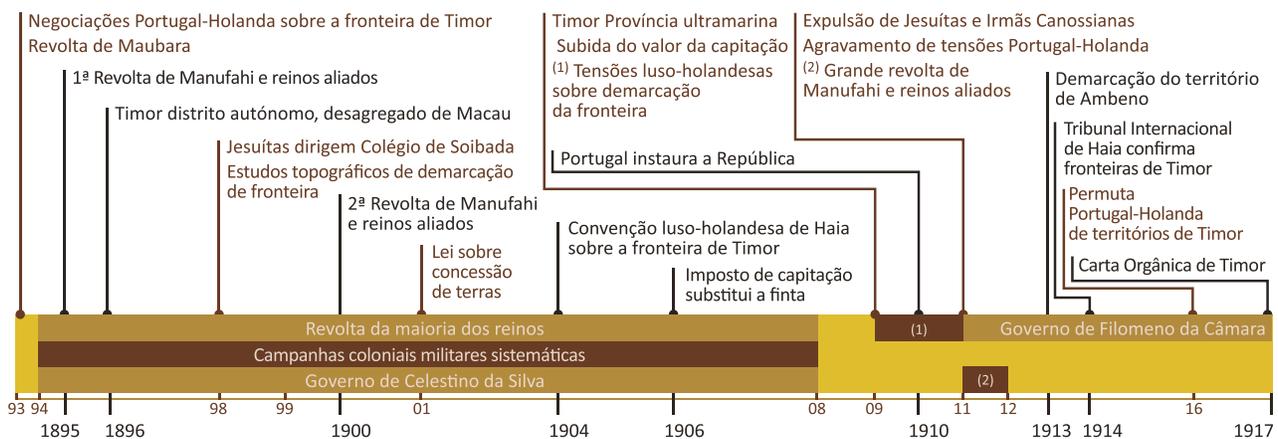
Timor Leste no século XIX e início do século XX



METAS DE APRENDIZAGEM

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Analisa as transformações económicas ocorridas em Timor, em consequência da governação portuguesa e dos interesses de agentes estrangeiros.
- Avalia a relevância das transformações no ensino e na saúde, na época em estudo, desenvolvidas pela ação do Estado e pelo esforço missionário católico.
- Explica a evolução das relações sociopolíticas entre os reinos timorenses, e entre estes e o poder político português, no período considerado.
- Discute o significado da luta armada da aristocracia timorense face ao reforço da administração portuguesa.
- Perspetiva o processo de submissão colonial das populações timorenses por Portugal, no contexto geral do endurecimento do colonialismo nas últimas décadas do século XIX/inícios do XX.
- Interpreta as dificuldades do estabelecimento da «grande fronteira».
- Identifica os condicionalismos que conduziram às alterações do estatuto político-administrativo de Timor no período considerado.



Timor Leste no século XIX e início do século XX

“

Sendo uso inveterado entre os indígenas incendiar as povoações dos vencidos que fogem, uso sempre adotado pelas autoridades portuguesas, que por vezes têm parecido mais selvagens do que eles, quando os povos constituem novas povoações põem-lhe em regra outros nomes, de onde resulta que alguns dos antigos nomes já não existem senão na tradição, não se podendo precisar o local onde algumas povoações existiram.

Raphael das Dores, *Apontamentos Para Um Dicionario Corográfico de Timor* (1903)

DOC. 1 ↑
O problema das fontes na história de Timor

Fontes escritas
No século XIX, as fontes escritas são muito mais numerosas do que em épocas anteriores, mas de autores com um conhecimento parcial da realidade timorense (Doc.1).

Atividades

1. Que opinião tem o autor (Doc. 1) sobre as práticas guerreiras usadas por timorenses e portugueses? Transcreve do texto as frases que justificam a tua resposta.
2. Além do aspeto identificado pelo autor, com que outros problemas se defronta o historiador, no estudo desta época da história timorense?

Metrópole
País colonizador, em relação às suas colónias.

1. A reorientação liberal: o problema administrativo; a questão das ordens religiosas; as tentativas de dinamização económica

Como estudaste, a partir da década de 1830, o quadro geo-político da Ásia-Pacífico transformou-se, em sequência da política livre-cambista seguida pelos países industrializados, e do controlo sobre as grandes vias de circulação que tal política implicava.

Qual a situação de Timor, neste contexto? Timor permanecia periférico relativamente às principais rotas, mas o seu território, reivindicado por Portugal e pela Holanda desde o século XVII, passou a ser alvo de maior interesse na segunda metade do século XIX. No caso de Portugal, porém, a capacidade de concorrência com as dinâmicas capitalistas estrangeiras, e as correlativas pretensões políticas, era quase nula.

Com efeito, em Portugal, as dificuldades de implantação do liberalismo desembocaram em guerra civil. E embora a guerra tenha terminado, em 1834, com a vitória dos liberais, só na segunda metade do século se verificou a estabilidade política indispensável ao desenvolvimento do país. Deu-se então prioridade à construção de infraestruturas, mas a falta de capitais portugueses levou à dependência do estrangeiro, com especial relevância para a ligação com o Reino Unido. A falta de meios financeiros e a distância a que Timor se encontrava tornaram precária a soberania pretendida.

1.1 O regime de governo e a representação de Timor nas décadas de 1830 e 1840

Nas décadas de 1830 e início de 1840, os territórios da Ásia e da Oceânia de que Portugal se considerava soberano formavam o Estado da Índia, com sede em Goa. Os territórios de Macau, Timor e Solor dependiam de Goa. Na **metrópole**, uma Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar estabelecia, desde 1836, o orçamento dos territórios ultramarinos.



Em 1844, por decreto de 20 de setembro, foi criada a Província de Macau, Timor e Solor, autónoma de Goa. Um dos motivos para a atribuição de autonomia terá sido a distância entre os territórios, já que, por causa das monções, uma ordem de Goa demorava quase um ano a chegar a Timor, via Macau. Mas o motivo principal foi a necessidade de Portugal afirmar Macau internacionalmente, após a quebra da sua importância, pela recente fundação de Hong Kong. O governador de Timor, sediado em Dili, dependia de Macau. Os insuficientes recursos económicos de Timor eram a justificação para a dependência (**Docs. 2 e 3**). Contudo, a partir de 1843, o círculo eleitoral de Macau e Timor foi dividido, pertencendo a Timor um deputado, no parlamento português (Cortes).

Teoricamente, a competência legislativa quanto aos assuntos ultramarinos pertencia às Cortes, mas o Governo da metrópole podia também legislar, em situações de exceção, ou quando o Parlamento não se encontrasse a funcionar. Na prática, a legislação era quase toda de origem governamental e, os deputados, de origem metropolitana.

1.2 A questão das ordens religiosas

Como já sabes, a influência das ordens religiosas foi, desde o início da presença portuguesa em Timor, muito significativa. Porém, em 1834, como resultado das medidas liberais de laicização da sociedade, foi aprovada em Portugal a extinção das ordens religiosas masculinas e proibido o ingresso nas ordens femininas. Esta decisão aplicava-se também aos territórios ultramarinos. Ora, apesar das tensões entre a governação portuguesa de Timor e os religiosos, e de ser criticado que alguns missionários admitissem as práticas animistas timorenses, a verdade é que as missões asseguravam, sobretudo no interior do território, a assistência e a educação. A decisão da metrópole criou, portanto, maiores dificuldades ao pretendido envolvimento das populações timorenses.

← **DOC. 2**

Macau no século XIX

↑ **DOC. 3**

O farol de Dili no século XIX

Atividade

Recorrendo ao que estudaste nos subtemas 1, das unidades temáticas 4 e 5, indica duas razões para a perda de importância de Macau, após o tratado de Nanjing.

Anos	Valores	Anos	Valores	Anos	Valores	Anos	Valores
1830	9 559	1835	3 569	1840	14 467	1853 - 1854	6 934
1831	4 179	1836	4 809	1841	21 598	1854 - 1855	12 979
1832	4 914	1837	3 957	1842 - 1850	?	1855 - 1856	12 188
1833	1 836	1838	11 804	1851 - 1852	7 774	1856 - 1857	9 703
1834	3 851	1839	13 701	1852 - 1853	6 670	1857 - 1858	11 047

DOC. 4 ↑
Rendimento da alfândega de Díli,
1830 - 1858 (em rupias)

O Governo pediu então a Goa, que mantinha a tutela religiosa de Timor, que enviasse sacerdotes e que, do arquipélago, partissem para Portugal quatro rapazes, para receberem instrução em Ciências, Ofícios e Artes.

Atividade

Que conclusões tiras da evolução documentada na tabela (Doc.4)?

1.3. As tentativas de dinamização económica

No século XIX, era intenção das metrópoles que os territórios coloniais se bastassem a si próprios. No caso de Timor, por razões diversas, nunca esse princípio pôde ser aplicado. Portugal, sem recursos financeiros, e sem ligações diretas com Timor, insistiu, nas décadas de 1830 e de 1840, na responsabilidade de Macau para com o arquipélago timorense. Por isso, pediu a Macau que incentivasse a formação de uma companhia de comércio que garantisse a ligação regular com Timor. Mas, em Macau, a época era então de turbulência, não havia capitais disponíveis e existia até quem achasse oportuno terminar com a subvenção de Macau a Timor, estabelecida por lei.

Apesar das dificuldades, os governadores incentivaram a cultura do café, pensando nas exportações. A partir de 1830, além da alfândega de Díli, foram criadas as de Cutubaba, Lamenasse e Metinaro, mas as receitas eram reduzidas, pois só o porto de Díli recebia navios maiores. Além disso, os governadores tinham dificuldade em combater o contrabando e a **pirataria**, pela falta de meios. Na viragem da década de 1830 para a de 1840, o comércio externo assinalou maior movimento (**Doc. 4**), provavelmente pelo desvio das rotas comerciais, devido à “1ª Guerra do Ópio”. Em 1844, os portos timorenses foram abertos à navegação estrangeira, mas os rendimentos continuaram escassos, dado o fraco desenvolvimento económico e a ausência de carreiras marítimas regulares.

Pirataria
Relacionada também com o tráfico de escravos, praticado por comerciantes de Macaçar. Portugal aboliu, em 1836, aquele tráfico, a sul do Equador e, em 1842, em todas as possessões portuguesas, mas dificilmente o impedia.

2. Vicissitudes de definição da “grande fronteira” em meados do século

A partir de 1816, data em que a Holanda recuperou Batávia, que tinha sido ocupada pelos ingleses, cresceu o interesse holandês por Timor. Mas, em finais da década de 1840, Holanda e Portugal desconheciam ainda grandes áreas do território, não dispunham de dados rigorosos sobre a dimensão dos reinos timorenses e tinham dificuldade em garantir o domínio pretendido.

“

Os nossos cruzadores têm já apresado em Laga dois barcos contrabandistas com cargas importantes [...].
As leis estão em vigor [...].

Ofício do governador Lopes de Lima (30 de nov^o de 1851)

Feita esta obra [o forte de Lautem] o exército virá a esta praça fazer a indispensável festa bárbara das cabeças, que são 92, as quais trazem, por cada uma das quais terei de dar-lhes, no ato da festa, uma lua de prata e dois lenços [...].

Ofício do governador Lopes de Lima (9 de dez^o de 1851).

As rebeliões em regiões consideradas fronteiriças, ou de influência contestada, e o receio da concorrência dos ingleses (instalados em Singapura, desde 1819) levaram a Holanda a propor ao governo português, em 1850, o **acerto de fronteiras**.

Decidida a negociação diplomática, Portugal, em outubro de 1850, instituiu Timor e Solor como província autónoma, eliminando a subordinação a Macau. O problema das fronteiras poderia assim ser discutido, sem entraves, pelos comissários dos dois países. O novo governador, Lopes de Lima, chegou em junho de 1851. Encontrou, em Timor, uma situação financeira deficitária, ataques de piratas, ações de contrabando e a rebelião de diversos reinos. Desenvolveu, durante o seu governo, campanhas de punição dos revoltosos, socorrendo-se de arraiais constituídos pelos reinos timorenses aliados (**Doc. 5**).

Em agosto iniciaram-se as negociações; o governador português, com poderes para negociar a troca e cedência de territórios, **ad referendum**, com o governador holandês, foi assessorado pelo liurai de Motael, D. António Costa Pereira, profundo conhecedor da realidade timorense.

Segundo o acordo, Portugal mantinha a parte oriental de Timor, Pulo Cambing (Atauro) e o enclave de Oecussi-Ambeno; a Holanda mantinha a parte ocidental da ilha e o enclave de Maucatar. Portugal cedia territórios nas “ilhas exteriores”: nas Flores, Paga, Sica e Larantuca; em Adonara, Wouré; em Solor, Pamang Kaju; metade da ilha de Lomblem; as ilhas de Pantar e de Alor. Recebia, em contrapartida, o importante reino de Maubara (**Doc. 6**) e 200 000 florins, em três prestações. Porém, dadas as carências financeiras do governo português de Timor, Lopes de Lima, antes mesmo de obter a ratificação de Lisboa, aceitou do governador holandês a primeira prestação, 80 000 florins, e entregou Larantuca (**Doc. 7**).

Lopes de Lima foi acusado de traição, destituído e detido. Timor regressou à tutela de Macau, em setembro de 1852. Portugal e a Holanda arrastaram, depois, as negociações: Portugal não restituiu a soma recebida; o Parlamento de Haia considerou não estar garantida a **liberdade de culto**, em Maubara;

↑ DOC. 5

Ação governativa em Timor (1851)

Atividade

De acordo com o documento, que tipo de relação existia entre os governadores portugueses e os guerreiros timorenses?

Acerto de fronteiras

Os contactos iniciaram-se em Timor, em 1848; entretanto, o ministro dos negócios estrangeiros holandês sondou a possibilidade de comprar a parte portuguesa, o que foi recusado por Portugal.

Ad referendum

“Na dependência de aprovação por autoridade competente”. Portanto, o que ficou acordado, em 23 de novembro de 1851, entre Lopes de Lima e o residente (governador) holandês, Van Lynden, só teria validade depois de confirmado pelos respetivos governos metropolitanos.



“

Tendo-se recebido a soma indicada [80 000 florins], foi mandado o padre Gregório a Larantuca, a bordo da corveta a vapor holandesa *Merapy*, a fim de acalmar os ânimos dos larantucueiros, agitados com a notícia de que passavam para o domínio holandês, agitação a que o rei de Oecussi não era estranho, porque se arrogava o direito de soberania naquela terra.

Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceânia* (1867)

DOC. 6 ↑
O forte de Maubara, na atualidade

DOC. 7 →
A mudança de soberania, em Larantuca

Atividade

Explica os problemas evidenciados no documento 7, relativos à entrega de Larantuca.

Afonso de Castro

Governador de Timor (1859 -1863). Deputado por Timor, em 1854, participou no acordo de fronteiras. A sua obra, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, é o primeiro esboço de estudo histórico de Timor.

Liberdade de culto

Afonso de Castro esclarece que a questão não se colocava, uma vez que, em Portugal, a Carta Constitucional garantia liberdade de culto a todos os cidadãos portugueses, o que incluiria os de Maubara.

18 reinos

Do lado holandês, “Juanilo, Silawang, Fialarang, Lamaksanulu, Lamaknen, Noitimu, Mandeue, Dirma e Lakekoen”; do lado português, “Cová, Balibó, Lamakitu, Tafacay, Fatomean, Lauken, Dacoló, Tamiru, Suai”.

Portugal propôs a cedência de um território em África, em troca da parte holandesa de Timor, o que não foi aceite.

Finalmente, em 20 de abril de 1859, praticamente nos termos propostos por Lopes de Lima, em 1851, o tratado foi assinado. Foi ratificado em 1860. Maubara, contudo, só foi entregue pelos holandeses em 1861. As fronteiras no interior da ilha de Timor tomaram como referência **18 reinos** cujos limites, afinal, quer Portugal quer a Holanda não conheciam bem, já que a sua ocupação efetiva se restringia, então, a alguns locais, na periferia.

Em 1856, Timor passou novamente para a tutela de Goa, o que se justificou com a necessidade de auxílios frequentes, em dinheiro e em recursos humanos (militares e religiosos).

3. A ocupação colonial

3.1. Medidas de transformação económica e social

Não seria fácil, a Portugal e à Holanda, gerirem um território que conheciam mal, mas o acordo de fronteiras permitiu-lhes esbaterem o confronto entre si, e deu-lhes disponibilidade para encetarem, a partir de então, uma ação mais sistemática de dominação da ilha de Timor. Assim, sobre um fundo timorense que já individualizava as regiões da ilha – menor fragmentação política, a ocidente, e uso do tétum como língua veicular, a oriente – vieram implantar-se as ocupações coloniais, portuguesa e holandesa.

As diferentes atuações políticas, administrativas e culturais dos colonizadores, nomeadamente no campo da religião, acentuaram a separação entre a região oriental e a ocidental, de Timor.

O governador Afonso de Castro, nomeado após o acordo de fronteiras, encontrou a sociedade tradicional timorense hierarquizada e com relações de poder

“

Dili ocupa uma área de 1500m de comprimento sobre 500 de largo, e tem uma população de 3000 almas, compreendendo europeus, índios, chinas e indígenas. [...] Ninguém formou ainda a estatística da população de Timor [mas] se calcularmos pelos contingentes de guerra que os **quarenta e nove** reinos sujeitos ao nosso domínio são obrigados a apresentar, e supondo que cada combatente representa uma família, poderemos aproximar-nos do algarismo 100 000, [para] os habitantes da parte de Timor portuguesa. [...] Mas [...] nem temos a certeza de que cada combatente represente uma família, num país em que todos os homens são guerreiros [...]. Os reis timores podem ser suspensos pelo governador e, neste caso, é nomeado um regente, ou [um] parlamento, para governar, mas o que é contra os estilos é que se eleja novo rei. E assim deve ser, porque os reis derivam o seu poder da eleição e da hereditariedade combinadas e não da nomeação do governo.

Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceânia*



↑ **DOC. 8**

Timor Leste nos anos 1860

← **DOC. 9**

Mapa de Timor, na obra de Afonso de Castro

Atividade

Parece-te que, de acordo com o documento 8, Timor era, na época, um “protetorado”? Justifica a tua resposta.

de natureza feudal. À margem da sociedade timorense, nos núcleos do litoral, tinha-se desenvolvido uma classe mercantil, constituída sobretudo por chineses, classe reforçada com a **vaga migratória** que se adensou a partir dos anos 1840.

Até meados do século XIX, a governação portuguesa, em parte por falta de meios, tinha evitado, sempre que possível, o confronto direto com as autoridades timorenses. A pretendida governação assentava numa política de alianças com os reinos locais, continuando laços de vassalagem estabelecidos desde os séculos XVII e XVIII, mais conformes à sociedade timorense (**Doc. 8**). A partir de Afonso de Castro, a situação alterou-se pela introdução de uma organização administrativa destinada a garantir uma soberania de caráter colonial. Assim, em 1860, Timor oriental foi dividido em 10 distritos (11, em 1863), e entre o governador e os liurais timorenses foi interposto um oficial do exército, com funções inspetivas, de segurança e fiscais (recebia a finta). Contudo, aos liurais cabia a decisão sobre as questões internas dos distritos e, só em casos excecionais, às autoridades portuguesas.

Quarenta e nove reinos

“Ambeno, Allas, Atsabe, Bibiluto, Bibico, Barique, Balibó, Boibau, Bibissuço, Cairuhi, Caimau, Cailaco, Cová, Cutubaba, Diribate, Dailor, Dóte, Funar, Failacor, Faturó, Fatumartó, Foulão, Hera, Ermera, Lacló, Laleia, Laicore, Lacluta, Limian, Liquiçá, Laclubar, Luca, Manatuto, Motahel, Manufahi, Mahubo, Maubara, Oecussi, Raimean, Sarau, Suai, Samoro, Saniri, Turisca, Tutuluro, Ulmera, Venilale, Viqueque, Vemasse”.

Vaga migratória

De que Macau era uma porta de saída; o maior fluxo destinava-se à América Central e do Sul.

“

O antigo sistema colonial, isto é, o exclusivismo do comércio, foi substituído pelo regime de liberdade [...]. Mas na substituição devia atender-se ao estado social dos povos, para lhes dar a liberdade que pudessem apreciar. Não se procedeu assim, e a exageração do espírito liberal levou-nos a dotar as colónias com as leis políticas e económicas [da] Europa. Deste modo, as colónias, possuindo instituições que muitas delas não apreciam e direitos que não compreendem [...] veem-se, por outro lado, tolhidas na ação, privadas de iniciativa e inabilitadas para poderem aplicar os seus recursos aos melhoramentos de que mais carecem.

Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceânia*

Período	Produtos e valores					
1859-60	Cera	Sândalo	Cavalos	Milho	Café limpo	Porcos
	73 006,55	18 743,00	17 694,00	15 277,19	10 425,53	1 511,90
1860-61	Cera	Sândalo	Café limpo	Cavalos	Porcos	Milho
	50 524,94	18 628,48	12 018,71	4 163,00	1 771,25	1 628,50
1861-62	Cera	Café limpo	Sândalo	Batatas	Café c/ casca	Cavalos
	52 251,50	21 648,32	2 170,95	1 610,02	1 308,40	1 260,00
1865-66	Café limpo	Cera	Búfalos	Sândalo	Milho	Cavalos
	87 195,54	26 703,31	10 835,00	3 595,54	256,64	1 320,00

DOC. 10 (superior) ↑
Uma visão crítica da colonização europeia no século XIX

DOC. 10 (inferior) ↑
Valor dos seis produtos mais exportados em Timor Leste, 1859-1866 (em rupias)

Procurava-se, deste modo, compatibilizar a tradição timorense com a imposição colonial (**Doc. 10**). Porém, iniciava-se um sistema que, a par de uma efetiva subordinação, exigia uma colaboração dos chefes timorenses, que nem todos aceitavam. Esta medida decorria já do esboço de uma **política de assimilação**, mais tarde sistematizada na legislação portuguesa. Considerava-se a colonização um bem, contribuindo para que populações tidas como pouco evoluídas ascendessem ao estágio social do colonizador. Dentro da mesma orientação, Afonso de Castro propunha já a criação de escolas para os filhos dos liurais.

No campo económico, Afonso de Castro, que visitou Java e era adepto da **economia de plantação**, aplicada por Van den Bosch desde os anos 1830, via na exportação do café uma solução para o desenvolvimento de Timor. Os reinos adequados à cultura do café ficariam isentos de finta e de prestações em pessoal, mas pagariam ao governo 1/5 da produção, e vender-lhe-iam o restante. A aplicação desta medida foi lenta e o Estado não chegou a lucrar o previsto. No entanto, a cultura progrediu (**Doc. 11**) e o café de Timor foi apresentado na Exposição Universal de Londres, em 1862.

Reconhecendo a valorização de Timor com Afonso de Castro, a 7 de dezembro de 1863, Timor foi considerado província ultramarina, desanexado do Estado da Índia, e Díli elevada a cidade. A medida foi desfeita, porém, em 1866, restabelecendo-se a subordinação de Timor a Macau.

Atividades

1. Justifica o título do documento 10.
2. Escolhe na tabela (Doc. 11) dois produtos e compara a evolução da sua importância nas exportações, com os outros referenciados.

“

Em Lisboa há capitalistas que possuem boas fortunas, que não deixariam de se associar, por patriotismo, a uma empresa de bons, prontos e seguros lucros. [...] Parece-nos que qualquer companhia que se dedicar à indústria de criação de gados obterá lucros suficientes para dividendos regulares [...]. Parece-nos também de grande utilidade que a companhia angarie um vapor para transportar os emigrantes chineses que contratar []; o china é bom trabalhador, industrioso e vive com muita economia [...]. Com um vapor obterá a companhia outros interesses, se o encarrear para Macaçar e Singapura, de forma que a sua carreira coincida com a dos vapores da mala holandesa que fazem dali a viagem direta para Timor [...].

Major José dos Santos Vaquinhas (Encarregado do Governo de Timor, de 1881 a 1882)

Os governadores seguintes continuaram a incentivar a agricultura, distribuindo sementes (café, cacau, batata, algodão) e instrumentos. Foi até experimentada (1868) uma exploração agrícola, com soldados menos aptos para o serviço militar. A exportação de café atingiu um máximo na década de 1880; deu-se ainda atenção à cultura do tabaco e do coqueiro. A partir do início do século XX, a produção do cacau foi desenvolvida, embora nunca tenha atingido os valores pretendidos – em 1911, tinha o quinto lugar, entre os produtos exportados.

Continuava, no entanto, uma reduzida adesão da população aos novos processos de cultivo e de exploração económica que contrariavam as formas de organização ancestrais. No interior de Timor, na viragem dos séculos XIX-XX, permaneciam a agricultura e o artesanato tradicionais, sem trabalho assalariado, e permanecia a troca direta. A transformação económica de Timor era ainda travada pelas difíceis comunicações entre o interior e o litoral, e deste com as grandes rotas internacionais. A partir de 1860, Portugal estabeleceu contrato com uma companhia holandesa, para uma ligação mensal e, depois de 1880, com companhias inglesas. Mas os governadores insistiam na necessidade de ligações marítimas regulares Timor-Macau-metrópole, para que se garantisse, com lucro, a colocação internacional dos produtos.

Em Portugal, as crónicas dificuldades financeiras do Estado, agravadas com uma crise internacional, em 1890, impediam a disponibilização de capitais. Os particulares dificilmente correriam riscos num local tão longínquo. Contudo, desde a década de 1880, surgiram iniciativas de exploração dos variados **recursos timorenses (Doc. 12)**, de que se destacam: em 1884, a “Companhia de Timor e Macau”, com capitais de Lisboa e Macau; em 1897, a “Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho” (**SAPT**), fundada pela família do governador Celestino da Silva (**Doc. 14**); em 1904, a “Companhia de Timor”, com capitais metropolitanos, interessada no cacau, e que esperava atrair emigrantes.

↑ DOC. 12

Carta ao Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (1881)

Atividade

Segundo o autor da carta (Doc. 12), quais eram as necessidades de Timor?

Recursos timorenses

Agrícolas, marinhos e minerais – ouro, estanho, cobre, ferro, enxofre e petróleo; este motivou prospeções de empresas de Hong Kong e de Singapura, nos finais do séc. XIX, e estudos no início do séc. XX, mas sem resultados visíveis.

SAPT

Nas extensas plantações da empresa, os trabalhadores cumpriam horários de trabalho rigorosos, controlados por um feitor. Algumas plantações tinham escola masculina e feminina e dispunham de serviços religiosos (Doc. 14).



DOC. 13 ↑
Antigo palácio do governador ,
em Lahane

DOC. 14 →
Condições de vida na SAPT (1910)

Atividade

Comenta a situação descrita
no documento 14.

“

Os contratados a prazos de um a cinco anos vivem geralmente separados por famílias [...]. O contratado e a mulher, bem como os filhos têm direito a ração; durante o tempo da gravidez [as mulheres] não trabalham, nem cuidam senão das suas casas e famílias, e são as mulheres casadas, sendo cristãs, ou barlaqueadas, sendo gentias, e os filhos, que preparam os alimentos para a família [...]. O pessoal contratado, na sua grande maioria, pertence a reinos diferentes.

J.C. Montalvão e Silva, *A Mão d'Obra em Timor* (1910)

Com o governador Celestino da Silva (1894-1908) Timor transformou-se, de facto, numa colónia. A intervenção do governador assentou numa política de submissão das populações ao Estado português, exercendo-se, no campo económico, não apenas quanto aos cultivos mas, sobretudo, quanto às formas de organização da propriedade e quanto ao comércio. Assumiu-se que a terra pertencia ao Estado, garantindo-se a posse da efetivamente cultivada, e submetendo-se a transmissão à aprovação do governador. A partir de 1901, foram concedidos terrenos a portugueses ou estrangeiros residentes, com adjudicação em praça pública. Em 1906, a finta foi substituída pela capitação, estabelecendo-se isenções para quem obtivesse boa produção. Em 1909, a capitação subiu (de 500 para 540 réis, por chefe de família), podendo ser cobrada através da prestação de trabalho.

O governador Filomeno da Câmara (1911-13 e 1914-17) continuou esta política, apoiado em decretos que estabeleciam o trabalho como uma obrigação, mas proibiam castigos corporais e descontos nos salários. A legislação permitia a apropriação privada de terrenos considerados desocupados, mas que eram, na verdade, terrenos de uso comunitário ou resultantes das campanhas contra os reinos. O processo era controlado pela Repartição Central de Fomento Agrícola e Colonial. Este governador preocupou-se com a abertura de caminhos e tentou, sem êxito, que a metrópole aprovasse a abertura de uma linha férrea Díli-Ermera. Filomeno da Câmara e Celestino da Silva regulamentaram os locais de comércio nas povoações, de modo a controlar a ação dos comerciantes chineses e árabes e a facilitar a cobrança de impostos.

Em 1911, eram moedas correntes o florim e a pataca; em 1915, esta última passou a ser a moeda timorense, tendo o Banco Nacional Ultramarino emitido, em 1912, as primeiras notas.